

Não-binariedade de gênero e marcação de gênero neutro de acordo com a mídia jornalística: a construção de sentido em diálogo com as noções de crença e preconceito linguístico

Non-binary gender and gender-neutral marking according to the news media: the meaning construction in dialogue with the notions of belief and linguistic prejudice

Diovana da Silveira Baldez¹
PUC/RS

Resumo

É propósito do presente artigo investigar de que forma o uso de marcações neutras de gênero, considerando o uso da vogal *-e* e a alteração de pronomes para a referência de um terceiro gênero, é abordado em uma matéria jornalística. Foi selecionada para análise uma matéria noticiada em 2019 pelo telejornal *Café com Jornal*, da Rede Bandeirantes, que aborda a inclusão do pronome *they* singular no dicionário Merriam-Webster e abrange alternativas de neutralização de gênero em português. Toma-se como base teórica concepções referentes à Análise Semi linguística do Discurso (Charaudeau, 2013) e à Teoria Dialógica do Discurso (Bakhtin, 2015; Bakhtin; Volochínov, 2009), em diálogo com elementos da Sociolinguística (Bagnó, 1999) acerca do que se compreende por preconceito linguístico. A partir da análise conduzida, evidencia-se que o processo de transformação do fato noticiado ocorre com o apoio de saberes associados a crenças, que envolvem uma noção idealizada de língua. Considera-se que os processos de construção de sentido analisados são passíveis de causarem um efeito de verdade no telespectador, o que pode contribuir para a disseminação de posicionamentos ideológicos que propiciam o preconceito e a discriminação em relação às pessoas de identidade de gênero não-binária.

Palavras-chave

Marcação de gênero neutro. Não-binariedade de gênero. Preconceito linguístico. Análise semi linguística do discurso. Teoria dialógica do discurso

Abstract

The main purpose of this research is to investigate how the use of gender-neutral markings is addressed in a journalistic report, considering the vowel *-e* and the change of pronouns to refer to a third gender. To this end, a journalistic article reported in 2019 by the news program *Café com Jornal*, from Rede Bandeirantes, was selected for analysis, which addresses the singular *they* inclusion in the Merriam-Webster dictionary and covers alternatives for gender neutralization in Portuguese. As a theoretical basis, were considered concepts referring to Semi linguistic Discourse Analysis (Charaudeau, 2013) and Dialogical Theory of Discourse (Bakhtin, 2015; Bakhtin; Volochínov, 2009), in dialogue with elements of Sociolinguistics (Bagnó, 1999) about what is understood as linguistic prejudice. From the analysis conducted,

¹ Mestra em Letras com concentração em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Bolsista CAPES/PROEX). Graduanda em Letras (Tradutor Português e Japonês) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://orcid.org/0000-0001-6091-2683>.

the process of transformation of the reported fact occurs with the support of knowledge associated with beliefs, which involve an idealized notion of language. It is considered that the analyzed processes of construction of meaning are likely to have an effect of truth on the viewer, which can contribute to the dissemination of ideological positions that encourage prejudice and discrimination towards people with non-binary identities.

Keywords

Gender-neutral marking. Non-binary gender. Linguistic prejudice. Semiolinguistic discourse analysis. Dialogical theory of discourse

Considerações iniciais

O presente estudo tem como objetivo analisar, fundamentando-se na Análise Semiolinguística do Discurso, as construções de sentido derivadas dos processos de transformação e transação (Charaudeau, 2013) observados em uma reportagem noticiada pelo telejornal *Café com Jornal* em 2019, por meio da Rede Bandeirantes, cujo tópico principal é a inclusão do pronome *they* para a referência de pessoas não-binárias no dicionário Merriam-Webster. Busca-se observar como se estabelece o processo de transformação do fato noticiado em diálogo com os conceitos de *crença* (Charaudeau, 2013) e *preconceito linguístico* (Bagno, 1999) no que se refere à marcação de gênero neutro, com o suporte de noções advindas da Teoria Dialógica do Discurso (Bakhtin, 2015; Bakhtin; Volochínov, 2009).

Discussões envolvendo o uso de marcas neutras de gênero têm ganhado bastante força nas redes sociais durante os últimos anos, sendo inclusive alvo de propostas legislativas que visam à proibição do uso da popularmente referida *linguagem neutra* nas escolas. Projetos de lei dessa natureza apresentam pouco ou nenhum embasamento linguístico, de acordo com o que observa Barbosa Filho (2022, p. 157), ao argumentar que esses projetos de lei não envolvem um debate linguístico, mas representam “uma disputa político-ideológica que desemboca em uma política de língua”, sendo o objetivo não a preservação da língua em si, mas dos valores que se supõe perder caso haja uma incorporação do gênero neutro no português.

Dado esse contexto, considera-se de grande importância tratar do assunto por uma perspectiva linguística, capaz de explicar como tal fenômeno linguístico se manifesta além do previsto pelo senso comum, que se baseia principalmente nas noções de *certo* e *errado* a partir do que reconhece a norma gramatical tradicional. Assim, buscou-se considerar neste estudo, com base na matéria jornalística selecionada, de que formas discursos sobre esse tema podem se significar na mídia jornalística. Tendo em vista a matéria selecionada, observou-se como esses discursos podem vir a contribuir para uma estigmatização das marcas neutras de gênero, consequentemente afetando também as pessoas que as utilizam.

Para tratar desse assunto, o artigo se divide em uma breve seção que tem como objetivo apresentar uma contextualização voltada para aspectos relativos à marcação de gênero neutro, bem como abordar questões relacionadas a gênero e não-binariedade. Após, é

proposta uma discussão sobre aspectos referentes à Análise Semiolinguística do Discurso, com base nos estudos de Patrick Charaudeau, no que diz respeito aos processos de transformação e transação no meio midiático, seguida de uma seção que busca abordar questões em torno do que se compreende por preconceito linguístico, a partir da Sociolinguística, em diálogo com conceitos bakhtinianos. Por fim, é apresentada a análise da notícia referida com base nos trabalhos discutidos.

Não-binariedade de gênero e linguagem neutra em português

Como resposta aos problemas do masculino genérico² e à limitação que as categorias binárias de gênero representam, vem se buscando maneiras de incluir no português, bem como em outras línguas ao redor do mundo, alternativas mais inclusivas a indivíduos cuja identidade de gênero transpassa noções binárias, tais como a utilização de pronomes neutros no suco (*hen*) e no inglês (*they* singular).

De acordo com Corwin (2009), a identidade de gênero não-binária, também referida na literatura em inglês como *genderqueer*, abrange indivíduos que não se identificam inteiramente nem como mulher nem como homem, podendo incluir sujeitos que compreendem o próprio gênero em um espectro entre o masculino e o feminino, bem como àqueles cujo gênero não se encaixa nessa dicotomia. Segundo Reis e Pinho (2016, p. 14), identidades de gênero situadas dentro do espectro da não-binariedade vão além da “imposição social dada no nascimento, ultrapassam os limites dos pólos [feminino e masculino] e se fixam ou fluem em diversos pontos da linha que os liga”. Portanto, indivíduos que se situam no espectro não-binário, então, “não serão exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas [...] irão permear em diferentes formas de neutralidade, ambiguidade, multiplicidade, parcialidade, ageneridade, outrogeneridade, fluidez em suas identificações” (Reis; Pinho, 2016, p. 14).

É relevante delimitar aqui que, por gênero, compreende-se uma construção social que vai muito além de fatores biológicos, baseada em comportamentos e características estereotipadas em determinada comunidade. Tal comportamento não se baseia em nenhum fator biológico, e sim no conjunto de características que constituem os gêneros feminino e masculino como identidade. Conforme explicam West e Zimmerman (1987), o gênero, por essa perspectiva, é compreendido como um comportamento adquirido na infância e reproduzido durante a vida. É uma atitude que enfatiza diferenças em nada relacionadas à biologia, sendo compreendida pelos autores como um meio de legitimar divisões sociais e culturais.

² Considerado, segundo Mäder (2015, p. 83), “o uso do gênero gramatical masculino para denotar gênero humano”. Conforme o pesquisador aponta, o gênero masculino como gênero não-marcado pode ser associado a noções extralinguísticas, de ordem cultural e social, nas quais há formas implícitas de sexismo. Por essa perspectiva, o masculino genérico se caracteriza pelo apagamento do feminino e de outras expressões de gênero, representando gramaticalmente uma predominância masculina que remete à predominância masculina também nas relações humanas.

É nesse contexto, juntamente às discussões acerca de identidade de gênero, que emergem alternativas para a inclusão de pessoas de identidade de gênero não-binária na língua, cuja representação de gênero gramatical se resume aos gêneros masculino e feminino. É evidente que a flexão de gênero não se restringe à sua associação com o gênero/sexo dos seres, como já discute Camara Jr. (1970), contudo, nas palavras de traço [+sexuado] (como *mãe*, *condessa*, *amiga* etc.) observa-se relação entre gênero gramatical e gênero semântico, e é nesse contexto, principalmente nas palavras nas quais a distinção de gênero ocorre por meio dos morfemas *-o* e *-a* para marca de masculino e feminino, que alternativas de neutralização encontram espaço.

No que se refere às palavras de traço [+sexuado], embora caracterizem um grupo pequeno de palavras dentro do léxico da língua portuguesa, destaca-se a predominância das formas masculinas (Schwindt, 2020a), fato que, juntamente à noção de masculino genérico/não marcado, poderia vir a contribuir para a intuição de que o gênero masculino é predominante em português. Segundo Schwindt (2020a), essa impressão, expressa de forma geral pelos falantes nativos de português, pode ser explicada devido à saliência cognitiva do traço [+sexuado], o qual propicia uma percepção masculinizante da língua.

No Brasil, pode-se observar que o movimento pelo uso mais inclusivo da linguagem para sujeitos de identidade de gênero não-binária ocorre, em um primeiro momento, a partir do uso dos caracteres @ e x no lugar da marca de gênero, e, mais recentemente, a partir do uso da vogal *-e*. Essas podem ser consideradas estratégias de neutralização de gênero por meio de uma terceira marca além da masculina e feminina, utilizadas ao menos de duas formas: uma genérica, para referência geral de um grupo de pessoas, e uma específica, designando um terceiro gênero (Schwindt, 2020b), conforme Schwindt (2020b, p. 16) exemplifica respectivamente em “a) *Amigues querides*, eu uso *e* porque não quero excluir ninguém; b) Bom dia amigas, amigos e *amigues!*”.

Nesse sentido, o que popularmente se chama de *linguagem neutra* ou *pronomes não-binário* se caracteriza como uma terceira marca de gênero em oposição a *-o* e *-a* nos substantivos e adjetivos, sendo a vogal *-e* mais utilizada ultimamente por ser uma alternativa de neutralização pronunciável, além da modificação de pronomes para a representação de um terceiro gênero (ex. *elu*, *minhe* etc.)³.

Como prática linguística e social, a marcação de gênero neutro pode ser considerada um meio de inclusão, visto que busca levar em conta uma perspectiva de mundo não contemplada pela gramática da língua, cuja noção de gênero é binária. As demandas por uma linguagem neutra podem ser vistas como a materialização de fatores de ordem ideológica, divergentes quando comparados ao padrão normalizado na sociedade ocidental atual. Nesse âmbito, a língua torna-se um espaço de existência e resistência, conforme destaca Viscardi (2020), no qual são travados embates que buscam a transformação de um sistema centrado na figura masculina, que não oferece espaço para outras identidades. É nesse campo que a discussão acerca do emprego de uma linguagem neutra se situa, abrangendo a modificação

³ Uma lista de pronomes, bem como de outras palavras marcadas de forma neutra utilizadas na prática linguística de pessoas cuja identidade de gênero se situa no espectro não-binário, pode ser observada em Baldez (2022).

de aspectos linguísticos com base na resignificação das categorias de gênero atualmente normalizadas, bem como de suas formas de expressão na língua.

Informação e discurso: os processos de transformação e transação na mídia

Ao tratar de questões relativas à transmissão da informação, é relevante demarcar que esse não é um processo transparente, no qual locutor e interlocutor se compreendem a partir de uma comunicação linear e clara, de interpretação única. Remetendo ao que postulam Bakhtin e Volochínov (2009), o sentido de um enunciado é determinado não apenas pelos elementos linguísticos, mas também pelos não verbais, tais quais os valores ideológicos que se associam ao enunciado em questão, o momento temporal no qual o enunciado é proferido, bem como quem são o enunciador e o co-enunciador. Tais fatores discursivos descrevem a complexidade do processo comunicativo, que apenas ocorre por intermédio de sujeitos constituídos social e historicamente, que trazem consigo seus próprios valores ideológicos e tomam posições valorativas com base em um horizonte social e comunicativo.

Por um viés semelhante, partindo da Análise Semiolingüística do Discurso, Charaudeau (2013, p. 40) delimita discurso como o resultado “da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala”. O sentido é produzido, por essa perspectiva, por meio da imbricação entre as construções extradiscursivas e interdiscursivas, baseando-se numa correlação entre esses dois polos (Charaudeau, 2013). Em outras palavras, pode-se depreender que tratar de discurso é considerar aspectos que transpassam a língua como manifestação material, observando o papel de fatores ideológicos na construção de sentido.

Conforme Charaudeau (2013), ocupar-se do sentido do discurso no âmbito da informação significa se perguntar acerca da mecânica de construção de sentido, da natureza do saber e do efeito de verdade passível de ser produzido. Em síntese, assume-se que a informação a ser transmitida passa por um processo de construção (cujo objetivo é a ação conversacional) que se baseia em um saber de natureza diversa, podendo causar um efeito ou valor de verdade.

Em relação à construção do saber, Charaudeau (2013, p. 41) considera que “o sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social”. O sentido seria, portanto, produzido tendo em vista a circunstância discursiva, elemento essencial para que se realize o duplo processo de semiotização: transformação e transação. Para Charaudeau (2013), o sentido do discurso se estabelece por meio do processo de transformação, que modifica o mundo por meio de certas formas, tais quais a nomeação, a qualificação, a narração, a argumentação, a modalização, a descrição, a explicação do *mundo a significar*, transformando-o, então, em *mundo significado*. Essas ações atribuem à informação caráter valorativo, de natureza ideológica, conforme explicam Bakhtin e Volochínov (2009), visto que caracterizam o modo como o sentido é traduzido por uma consciência individual, preenchida de conteúdo ideológico e situada em um meio social específico.

Essa transformação do mundo é guiada pelo processo de transação, que consiste, “para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo [...]” (Charaudeau, 2013, p. 41). É esse objetivo atribuído ao ato comunicativo que comanda o processo de transformação, uma vez que o processo de transformação da informação é realizado de acordo com os efeitos que se pretende provocar em relação ao interlocutor.

Em síntese, pode-se dizer que, no que se refere ao ato de informar em específico, a relação entre transformação e transação caracteriza-se pela construção do objeto de saber orientada a partir de um propósito, tendo em vista um receptor o qual, a princípio, desconhece o saber a ser transmitido (Charaudeau, 2013). Nesse sentido, segundo Charaudeau (2013), é seguro afirmar que não se pode avaliar uma informação por parâmetros como fidelidade aos fatos ou a uma fonte de informação, visto que o processo de transação guia o modo como a informação será tratada, impossibilitando a atribuição de valores tais quais transparência, neutralidade ou factualidade à informação dada. Todo discurso informativo, por essa perspectiva, constitui-se a partir do valor ideológico do informante, sendo direcionado ao informado com determinado propósito. Esse processo torna impossível a imparcialidade.

Os processos de transformação e transação ocorrem, então, quando se pretende comunicar a alguém determinado conhecimento. Tal conhecimento é estruturado a partir do olhar lançado pelo homem: “voltado para o mundo, o olhar tende a descrever esse mundo em categorias de conhecimento; mas, voltado para si mesmo, o olhar tende a construir categorias de crença” (Charaudeau, 2013, p. 43). Dividindo os saberes entre aqueles que procedem do *conhecimento* (baseados numa representação racionalizada dos fenômenos que se referem ao mundo) e das *crenças* (resultados de uma percepção subjetiva do mundo), Charaudeau (2013, p. 47), atenta para as representações do real que são transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais, “incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real”. Como se baseiam na relação entre sujeito e mundo, essas representações, construídas por meio do social, estão implícitas nos saberes, sejam estes baseados em conhecimento ou em crenças (Charaudeau, 2013).

A informação a ser transmitida então, fundamentada em um saber vinculado a um conhecimento ou a uma crença, é passível de fundar um valor ou efeito de verdade (Charaudeau, 2013). Essas verdades, conforme o autor, não são absolutas, mas sim construídas a partir da relação entre homem e mundo, ligadas intrinsecamente ao imaginário dos grupos sociais. Em outras palavras, pode-se afirmar que valores de verdade, baseados a partir de uma instrumentação científica, e efeitos de verdade, oriundos da convicção do sujeito que informa, caracterizam-se com base no ambiente socioideológico, próprios das concepções formadas no interior de determinados grupos sociais.

Preconceito linguístico: possíveis relações entre as noções de crença e ideologia

De um ponto de vista sociolinguístico, partindo do que postula Bagno (1999), pode-se compreender a questão do preconceito linguístico por meio da crença de que a língua é uma só: uma entidade homogênea que caracterizaria um certo ideal a ser atingido, descrito pelas gramáticas normativas como o modo certo de se escrever e falar. Por essa perspectiva, que não se baseia em nenhum conhecimento científico, existiria uma língua padrão a ser seguida pelos falantes, de modo que uma produção fora desse imaginário preestabelecido fugiria ao português “correto”.

Para Faraco e Zilles (2015), discussões voltadas para a variação linguística, que se distanciaram desse português idealizado nas gramáticas normativas, ainda geram reações sociais muito negativas, inclusive caracterizadas por “explosões de ira e [...] gestos de violência simbólica diante de fatos de variação e mudança” (Faraco; Zilles, 2015, p. 7), visto que o senso comum não costuma compreender a língua como um fenômeno heterogêneo e mutável. Por esses motivos, conforme apontam os autores, não é incomum interpretar a variação como um sinal de deterioração da língua (Faraco; Zilles, 2015).

O preconceito linguístico se origina de concepções como essa: caracteriza-se pela estigmatização das mudanças da língua, surgindo da crença de que só existe “uma única língua portuguesa digna deste nome” (Bagno, 1999, p. 40). Pela ótica do preconceito linguístico, a variação é considerada, conforme aponta Bagno (1999, p. 40), como “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, sendo consideradas “corretas” apenas manifestações linguísticas reconhecidas pelas gramáticas e dicionários, utilizados no ensino formal escolar.

Fazendo uma aproximação entre as teorias discursivas e as sociolinguísticas, é possível associá-las na medida em que ambas contemplam as mudanças linguísticas por uma perspectiva social, compreendendo a língua como um organismo mutável a depender das condições sociais em que o falante se encontra. Uma vez que a palavra é a privilegiada na que se refere à representação do signo ideológico, vista como “o fenômeno ideológico por excelência” sendo “o modo mais puro e sensível de relação social” (Bakhtin; Volochínov, 2009, p. 36), leva-se em conta que mudanças sociais podem ser refletidas e refratadas em palavras pela ressignificação e/ou pela criação de novos termos, capazes de materializar diferentes perspectivas da realidade.

Para Bakhtin (2015), a estratificação da língua organiza-se em camadas socioideológicas, contemplando a linguagem de grupos sociais, profissionais etc. A força de mudança que gera inovações na língua, bem como a estratifica, é reconhecida por Bakhtin (2015) como centrífuga, caracterizada pelo contínuo desenvolvimento de processos de descentralização e separação. Conforme o autor, todo processo enunciativo envolve forças centrífugas e centrípetas: estas são essenciais para o entendimento mútuo no âmbito verbo ideológico em concordância com os âmbitos sociopolítico e cultural predominantes, aquelas tendem ao diferente, à variação, que é natural à língua.

Essas forças, empregadas de formas diferentes por indivíduos e grupos dado determinado contexto social e histórico, delimitam de forma explícita na língua a divisão de classes sociais. Essa pode ser considerada a real causa do preconceito linguístico, como aponta Bagno (1999, p. 43), que considera que “o problema não está *naquilo* que se fala, mas em *quem* fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito

social”. Em outras palavras, o preconceito nunca se restringe a determinada expressão linguística em si, mas estende-se a quem a reproduz, uma vez que tal expressão, quando situada na prática social, torna-se discurso, constituído de valorações e avaliações sociais.

Ao tratar da educação linguística no Brasil, Bagno e Rangel (2005) discutem esse ponto fazendo uma distinção semelhante à de Charaudeau (2013) no que se refere a conhecimento e crença. Para os autores, a educação linguística pode ser compreendida como “o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna [...]” (Bagno; Rangel, 2005, p. 63). Em meio desses saberes, há aqueles sem base científica, caracterizados por crenças, superstições, representações, mitos e preconceitos acerca da língua, o que Bagno e Rangel (2005) chamam de *imaginário linguístico* ou *ideologia linguística*.

O mito de língua homogênea, por essa perspectiva, pode ser associado a um saber de crença, conforme estipula Charaudeau (2013), reforçado na sociedade brasileira por meio da gramática normativa. A estigmatização de variações linguísticas surge justamente da crença de que haveria apenas uma língua certa, a descrita nas gramáticas e manuais tradicionais, sendo inapropriado o que diverge dessa noção idealizada de língua. Essas variações remetem às forças centrífugas da língua (Bakhtin, 2015), que representam uma descentralização sociopolítica e cultural, divergente do padrão social dominante. Por essa razão, estão imbricados os preconceitos sociais e linguísticos, visto que a palavra não deixa de ser um signo através do qual se materializam fatores de ordem ideológica (Bakhtin; Volochínov, 2009), podendo representar o embate entre classes e grupos sociais divergentes.

Tendo em vista um cenário informativo no qual o conhecimento a ser transmitido se baseia no que Bagno e Rangel (2005) denominam de *imaginário linguístico*, o que pode se recorrer é um efeito de verdade, caracterizado por um julgamento do que seria verdadeiro, compartilhável com outras pessoas (Charaudeau, 2013). O efeito de verdade se baseia em um saber de opinião, muito semelhante às crenças descritas por Bagno e Rangel (2005), as quais consideram a língua como objeto homogêneo e estático, imutável de acordo com o que consta nas gramáticas normativas.

Para Charaudeau (2013), o efeito de verdade não se trata de construir uma verdade a partir de um método de observação acerca dos fenômenos relativos ao mundo, mas sim de buscar credibilidade. Trata-se de adesão: de uma tentativa de convencer o sujeito a ser informado de que determinado conhecimento derivado de uma crença é verdadeiro, pois o informante acredita nisso. No que se refere ao preconceito linguístico, pode-se observar esse efeito de verdade nos mitos apresentados por Bagno (1999), recorrentes no imaginário linguístico brasileiro, em afirmações como “português é muito difícil”, “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”, “o certo é falar assim porque se escreve assim” etc. A essas crenças é atribuído valor de verdade na medida em que as pessoas escolhem acreditar e aderir a esses discursos, apesar de não haver evidências científicas que comprovem tais afirmações.

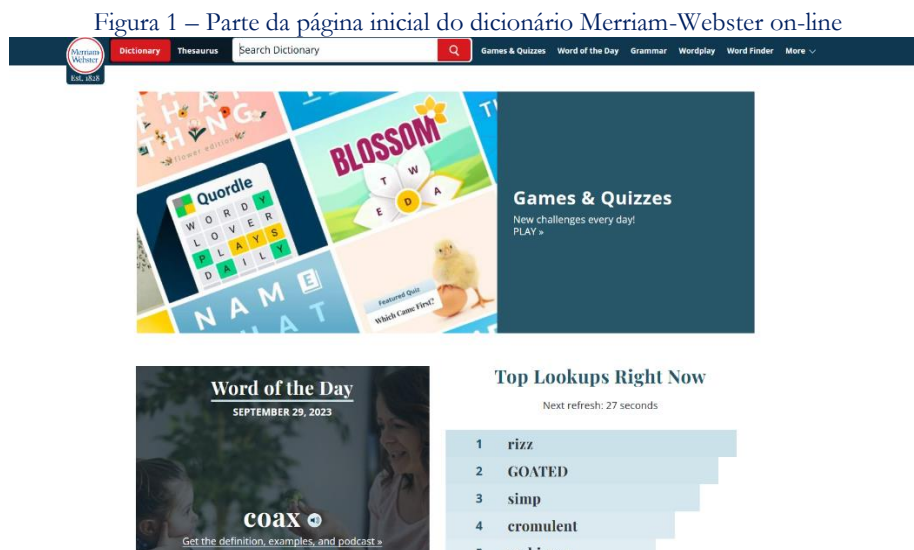
Análise

Considerando a discussão desenvolvida até aqui, foi selecionada para análise deste artigo uma notícia do telejornal *Café com Jornal* da Rede Bandeirantes, que trata acerca da inclusão do pronome *they* para a referência de pessoas não-binárias no dicionário de Língua Inglesa Merriam-Webster. A reportagem foi postada no canal oficial de notícias da Rede Bandeirantes “Band Jornalismo” em 19 de setembro de 2019, e apresenta mais de 31 mil visualizações e 1900 comentários. Essa reportagem foi uma das primeiras a abordar a questão do uso de pronomes neutros na rede televisiva, podendo ter propiciado para muitos um primeiro contato com esse tema.

A notícia está vinculada ao *top 5 assuntos* dessa edição do jornal, ocupando o quarto lugar ao lado de matérias vinculadas ao cenário político brasileiro, futebol e casos de violência na cidade do Rio de Janeiro. Nesse quadro, é realizada uma descrição do acontecimento a ser informado, a qual conta com vídeos e imagens ilustrativas ou explicativas, seguida pelos comentários dos âncoras acerca do que foi informado.

A matéria que trata sobre a inclusão do pronome neutro em específico é introduzida sob o título de “somos todos amigos”, enquanto são mostradas imagens e vídeos de dicionários das mais diversas formas: abertos, na estante, sendo folheados por um homem vestido com uma roupa formal, entre outras. Dicionários cuja aparência parece ser antiga também são mostrados, o que acompanha a narração do jornalista sobre o dicionário Merriam-Webster ser o mais antigo publicado nos EUA.

Na Figura 1, apresentada abaixo, é possível observar parte da página on-line do dicionário Merriam-Webster.



Fonte: Merriam-Webster

Pode-se afirmar que o apoio visual utilizado durante o ato de informar associa a imagem do dicionário ao livro físico, antigo, remetendo à tradição linguística que está catalogada no livro, embora a apresentação do dicionário em forma on-line aparente um visual mais moderno: contendo hiperlinks com matérias, termos mais buscados recentemente e jogos de

palavras (Figura 1), por exemplo. Essa composição do dicionário on-line diferencia-se muito da imagem apresentada na matéria aqui analisada, o que pode ser associado ao processo de construção da informação, conforme Charaudeau (2013). Nesse sentido, é possível considerar que a imagem do dicionário como livro físico, antigo, que representa a história da língua, é construída a partir de uma descrição visual, cuja significação se apresenta em concordância com um posicionamento de viés conservador, através do qual a notícia é abordada.

Poderia ainda ser feita uma associação, com base em Bakhtin e Volochínov (2009), entre a materialidade do dicionário mostrado na reportagem e os valores de tradicionalidade e autoridade que os dicionários detêm sobre a língua. Tal perspectiva assemelha-se ao que postula Bagno (1999), que afirma que o mito da língua portuguesa única e idealizada é reforçado por meio da gramática normativa e dos dicionários. Esse caso noticiado parece chamar atenção, portanto, pelo fato de uma manifestação linguística fora do que se tem no padrão ser incluída por um dicionário, reconhecido no imaginário linguístico popular como um órgão regulador, que detém autoridade acerca da preservação de um imaginário imutável de língua.

A escolha de atribuir de forma implícita tais qualidades ao objeto dicionário representa, além da veiculação da notícia e dos processos de construção de sentido relacionados a esse ato, a transmissão de uma informação de caráter socioideológico: representa uma concepção popular, oriunda do imaginário linguístico, que associa a norma-padrão ao dicionário. Visto que o processo de transformação descrito por Charaudeau (2013) é orientado pelo processo de transação, pode-se inferir que a intenção por trás dessa caracterização, feita na matéria jornalística no que se refere à imagem do dicionário, relaciona-se a uma espécie de regulação sobre o que se entende por dicionário, podendo despertar no imaginário linguístico do sujeito informado valores relativos à norma-padrão.

Em sequência, é explicado o quadro pronominal inglês com a inclusão do pronome neutro *they*, bem como o que seria identidade de gênero não-binária, em resposta ao âncora que faz esse questionamento. A explicação em torno dessa questão se restringe ao argumento de que algumas dessas pessoas, cuja identidade de gênero é não-binária, preferem não ser referidas pelos pronomes feminino e masculino por não se sentirem confortáveis. Segundo o jornalista que oferece essas informações, o pronome *they* faria referência, então, a essa parcela populacional de pessoas não-binárias. Em meio a essa descrição, o informante realiza um ato próprio do processo de transformação (Charaudeau, 2013), qualificando a informação apresentada por meio da expressão “olha que loucura” (Dicionário [...], 2019, 1 min 14 seg.) ao tratar da identidade de gênero não-binária. O uso dessa expressão demarca de forma nítida o posicionamento do informante em relação à informação, sendo uma representação material de como o fato derivado do mundo foi significado pelo sujeito que o informa.

Prosseguindo com a matéria, o mesmo jornalista qualifica novamente a informação referindo-se a esta como “complicado” (Dicionário [...], 2019, 1 min 38 seg.) ao tratar da alternativa de marcação de gênero neutro em Língua Portuguesa, o que parece se associar a uma crença de que a língua, ou mais especificamente o funcionamento da categoria de gênero em si, é algo complicado, de difícil uso e/ou mudança. Bagno (1999) apresenta como um dos mitos que motivam o preconceito linguístico justamente essa visão da língua como algo

difícil, o que, na verdade, significa apenas pouco conhecimento intuitivo sobre as regras de funcionamento linguístico. No caso da marcação de gênero neutro em português, as regras de atribuição de gênero não mudam: trocam-se apenas as marcas masculinas e femininas por uma outra.

São descritas como possibilidade de neutralização da língua o uso dos caracteres “@” e “x”, bem como a desinência “-e”, seguidas da expressão “mas gente!” (Dicionário [...], 2019, 2 min 10 seg.) do âncora, num tom que pode ser percebido como referente a descontentamento e/ou incredulidade. Nesse ponto, inicia-se o momento dos comentários acerca da notícia, no qual o âncora do jornal identifica a marcação de gênero neutro nomeando-a de “troço” (Dicionário [...], 2019, 2 min 15 seg.). Esse ato, também condizente com o processo de transformação (Charaudeau, 2013), evidencia a posição do informante em relação ao meio socioideológico no qual este está inserido, o que remete ao que Bakhtin (2015) explica sobre a relação entre forças centrípetas e centrífugas e o meio sociopolítico dominante.

Essa associação fica mais clara à medida em que os comentários continuam com o debate e o âncora afirma que “como jornalista eu prezo pela língua portuguesa” (Dicionário [...], 2019, 4 min 39 seg.), colocando-se numa posição que seria contra as forças centrífugas devido ao fato de ser um jornalista: profissional que trabalha com a palavra. Nessa constatação, fica implícito que o jornalista deve utilizar a língua conforme aponta a gramática normativa em concordância com as forças centrípetas já bem estabelecidas no imaginário linguístico brasileiro, que considera a língua como homogênea. Contudo, logo em seguida, o âncora utiliza o gênero neutro, recomendando que quem ache ofensivo o não uso da linguagem neutra “procure um psicólogo” (Dicionário [...], 2019, 4 min 46 seg.). Ou seja, embora seja próprio dos jornalistas que “prezam pela língua portuguesa” não utilizar a linguagem neutra, não parece haver contradição em utilizá-la nesse caso. Ainda assim, fica evidente nesse discurso uma relação de oposição entre o que seria língua portuguesa e linguagem neutra, sendo uma incompatível com a outra de acordo com o posicionamento tomado pelo âncora: em outras palavras, o significado de “língua portuguesa”, nesse discurso, restringe-se àquilo previsto pela tradição gramatical.

O uso do verbo “prezar”, ainda, inclui ao discurso um conhecimento de crença (Charaudeau, 2013), visto que a língua portuguesa é considerada, desse modo, como uma espécie de entidade que pode ou não ser prezada. A atribuição dessa qualidade em relação à língua refere-se à norma-padrão: o modelo ideal de “bom uso” do português (Bagno; Rangel, 2005). Por essa perspectiva, utilizar a marcação de gênero neutro seria “desprezar a língua” para alguém que crê que a norma-padrão deve ser seguida por todos os falantes a todo momento, estando de alguma forma acima de outras expressões fora da tradição normativa. Essa crença está associada ao preconceito linguístico na medida em que expressões linguísticas divergentes das estabelecidas pela norma-padrão são diminuídas frente àquelas que estão de acordo com a norma, utilizadas pela parcela moralmente mais privilegiada da sociedade.

Retomando a relação íntima entre preconceito linguístico e social apresentada por Bagno (1999), pode ser observado que há na discussão um discurso que tenta contestar a identidade de gênero não-binária, no qual se afirma que “a gente não pode ser o que a gente quer [...] eu nasci como um ser humano e não posso ser um golfinho” (Dicionário [...], 2019, 2 min 47

seg.). Tal declaração pode ser caracterizada como uma falácia *ad hominem*, que parte a uma crítica direta aos sujeitos que utilizam a linguagem neutra baseada, aparentemente, numa crença passível de causar um efeito de verdade (Charaudeau, 2013), sendo feita uma confusão entre espécie, sexo biológico e gênero. Visto que o gênero se baseia num conjunto de comportamentos praticados ao longo da vida (West; Zimmerman, 1987), não se sustenta a comparação entre gênero e golfinho, nem entre "nascer homem e não poder ser uma maçaneta" (Dicionário [...], 2019, 2 min 56 seg.), dado que a reprodução de um gênero em nada se associa a determinismos relativos ao nascimento.

Essas afirmações se baseiam em um conhecimento de crença radicalmente biológico acerca do que seria gênero, contribuindo para a disseminação de uma desinformação que propicia o preconceito e ridiculariza a identidade de gênero não-binária, bem como as pessoas que com ela se identificam. Como consequência, o discurso que iniciou se referindo a um uso linguístico se estende à comunidade linguística que emprega o gênero neutro, baseando-se em efeitos de verdade que, à primeira vista, podem transmitir certa credibilidade por se referirem a fatores oriundos da biologia, mas que, na verdade, se baseiam em posicionamentos desprovidos de aprofundamento científico acerca do que seriam as categorias de espécie, gênero e sexo biológico.

Ao tomarmos como pressuposto o que Bakhtin e Volochínov (2009) explicam acerca do signo ideológico, pode-se compreender a marcação de gênero neutro como um signo capaz de materializar na língua valores associados a uma parcela da população ainda marginalizada, que explicita na fala e na escrita um afastamento da cultura cis-heteronormativa. Para o âncora do jornal, esse processo se reduz a "[...] mudar a sociedade pra atender a um desejo individual seu" (Dicionário [...], 2019, 3 min 23 seg.), o que atribui à informação transmitida, por meio da expressão "desejo individual", caráter minoritário, como se essa força centrífuga de mudança fosse oriunda de apenas um indivíduo sozinho, ou de um grupo sem relevância na sociedade.

Na continuação, é associada à marcação de gênero neutro um valor de obrigatoriedade, que considera que as pessoas de identidade de gênero não-binária obrigam pessoas cisgênero a utilizar a marcação de gênero neutro (Dicionário [...], 2019, 3 min 50 seg.). Tal informação parece se basear na experiência própria da repórter, considerando que seria uma generalização equivocada afirmar que todos os membros da comunidade não-binária obrigam outras pessoas a algo. Por não ser um fato empiricamente verificável, encaixa-se no que Charaudeau (2013) compreende como crença, o que pode gerar um efeito de verdade adotado mesmo por sujeitos que nunca tiveram contato com uma pessoa cuja identidade de gênero é não-binária.

Por fim, a discussão entre os repórteres termina em tom de piada, com a marcação de gênero neutro sendo associada a algo que uma pessoa drogada ou bêbada diria (Dicionário [...], 2019, 5 min 06 seg.), o que não concorda com o restante do discurso, no qual se afirma que "a gente respeita a diversidade" (Dicionário [...], 2019, 5 min 15 seg.). Como foi possível observar, o fato descrito foi noticiado e comentado por meio de processos de construção de sentido que não se baseiam em conhecimentos científicos provenientes da linguística ou da sociologia: pelo contrário, a partir de constatações não científicas, a matéria contribui para a criação de um imaginário sobre o tema baseado em crenças, sem um olhar científico que abranja um aprofundamento sobre a questão.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo lançar um olhar, apoiado em noções provenientes dos estudos da sociolinguística e da análise do discurso, à forma como é retratada na mídia a questão referente à não-binariedade e à marcação de gênero neutro. Na matéria analisada, constatou-se que os processos de construção de sentido apoiam-se com frequência em saberes de crença (Charaudeau, 2013), os quais podem ser associados ao preconceito linguístico (Bagno, 1999), baseado também em crenças acerca do que seria a língua.

O ato de informar a partir de saberes aos quais não se é atribuído valor de verdade por meio de uma observação científica, principalmente em um telejornal de amplo alcance, pode ser considerada uma prática muito nociva, reguladora de uma ideologia dominante que propicia o preconceito e a discriminação. Tal prática pode contribuir amplamente para a disseminação do preconceito linguístico e social, visto que suscita um efeito de verdade em telespectadores das camadas mais populares, aos quais o acesso à informação pode ser limitado. Tendo isso em vista, leva-se em consideração que o papel do jornal televisivo, como veículo que transmite informações e forma opiniões, deveria ser justamente o de informar a população com base em saberes científicos, tratados por especialistas.

Indo além da marcação de gênero neutro, ainda falta muito para que se aceite amplamente na sociedade fenômenos de variação linguística, que, embora sejam característicos das línguas naturais, ainda são vistos com frequência como deturpação de um ideal de língua a ser preservado. É por meio da informação e da educação que se torna possível conscientizar e ensinar as pessoas que não existe certo ou errado em termos do que se fala, no entanto, no Brasil atual, esses campos caracterizam-se pelo constante retrocesso, acompanhado pela intolerância normalizada nas mais variadas esferas sociais.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I**: a estilística. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BALDEZ, Diovana da Silveira. **O uso da marcação de gênero neutro no Twitter por uma perspectiva sociolinguística**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística) -

Programa de Pós-Graduação em Letras, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de lei contrários à linguagem neutra no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso nas Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CORWIN, Anna. Language and gender variance: Constructing gender beyond the male/female binary. **Electronic Journal of Human Sexuality**, v. 12, 2009. Disponível em: <http://www.ejhs.org/Volume12/Gender.htm>. Acesso em: 29 set. 2023.

DICIONÁRIO adota pronome para pessoas Não-Binárias. São Paulo: Grupo Bandeirantes, 2019. 1 vídeo (6 min 42 seg.). Publicado por Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=imQoEM0Y9wE&ab>. Acesso em: 29 set. 2023.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl. Pedagogia da Variação Linguística: Introdução. *In*: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). **Pedagogia da Variação Linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino genérico e sexismo gramatical**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Predizibilidade da marcação de gênero em substantivos no português brasileiro. *In*: CARVALHO, Danniell; BRITO, Dorothy (org.). **Gênero e língua(gem)**: formas e usos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020a.

SCHWINDT, Luiz Carlos. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2020b.

VISCARDI, Janaisa. Língua para todes: um ensaio sobre o gênero neutro. **Revista Marie Claire**, São Paulo, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://revistamarielaire.globo.com/amp/Comportamento/noticia/2020/12/lingua-paratodes-um-ensaio-sobre-o-genero-neutro.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing Gender. **Gender and Society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/189945>. Acesso em: 29 set. 2023.